

Análise das técnicas argumentativas presentes nos editoriais do jornal *O Democrata GB*

Analysis of the argumentative techniques present in the editorials of the journal *The Democrat GB*

Nuna Nunes Correia¹
José Olavo da Silva Garantizado Júnior²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar quais os argumentos quase-lógicos que os redatores de jornal usam na produção de editoriais. Para realização desta pesquisa de caráter qualitativo, foram analisados 5 editoriais de jornal O Democrata GB, de Guiné-Bissau. A base teórica que sustenta este trabalho são os escritos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), que trabalham as técnicas argumentativas, e o trabalho de Garantizado Júnior (2015), em relação à noção de gênero do discurso. Os resultados apontam que no gênero editorial, por ser um texto de natureza argumentativa, os editores aproveitam-se dos argumentos quase-lógicos para persuadir seus públicos leitores e para criar uma certa credibilidade da tese defendida.

Palavras-chave: *Gênero editorial de jornal. O Democrata GB. Técnicas argumentativas*

Abstract

This paper aims to analyse the quasi-logical argument that journal publishers use in production of editorials. For the size of this qualitative research, it was analysed 5 digital newspaper editorials The Democrat GB, of Guinea-Bissau. The theoretical basis that support this paper are Perelman and Tyteca (1996) writings, who work the argumentative techniques and the work of Garantizado Júnior (2015) in relation to the notion of textual genre. The results indicate that the editorial genre for being an argumentative text, the editors take advantage of the quasi-logical argument to persuade their reader publics and to obtain a certain credibility of the thesis defended.

Keywords: *Editorial genre of newspaper. The Democrat GB. Argumentative techniques*

Recebido em: 26/07/2020.

Aceito em: 11/11/2020.

¹ Mestranda de Programa de Pós-Graduação em estudos da linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (PPGLin/UNILAB). Doutor e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC).

Introdução

Os estudos de argumentação, desde a Antiguidade, especificamente na Grécia Antiga, tiveram influência de Aristóteles, grande filósofo grego. É a partir dos seus estudos que a argumentação estabeleceu uma relação com a Retórica. Esse autor diferenciou dois tipos de raciocínio: os dialéticos e os analíticos. O primeiro raciocínio está ligado à Retórica, e o segundo está ligado à demonstração (GARANTIZADO JÚNIOR, 2015; MENEZES, 2011).

No período da Idade Média, os estudos de argumentação sob um prisma retórico ficaram esquecidos, fruto da valorização dos raciocínios analíticos. Na década de 50 do século XX, Chaim Perelman que, mais tarde, em colaboração com Lucie Olbrechts-Tyteca, publicou uma obra intitulada “Tratado de argumentação: A nova retórica”, traria novamente a discussão para princípios norteadores de um estudo argumentativo em linhas retóricas. Na terceira parte dessa obra, os autores dedicaram-se a descrever as técnicas argumentativas das quais o orador se aproveita para persuadir o auditório. Eles caracterizaram essas técnicas (ou argumentos) de duas formas: processo de ligação e de dissociação. O processo de ligação é constituído pelos argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e os que fundamentam a estrutura do real. Esse trabalho foi importante para diversas áreas do conhecimento, principalmente, para os estudos de Direito e de Linguística, em que os autores ganharam maior notoriedade e, por conta disso, influenciaram novas pesquisas na área, inclusive a nossa.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os argumentos quase-lógicos usados pelos produtores textuais no gênero editorial. Para a realização deste trabalho, foi adotada uma abordagem qualitativa, contando com análise de cinco textos de editoriais retirados do jornal guineense *O Democrata GB*³ (que constituem o *corpus*), publicados de julho de 2015 a dezembro de 2016. Os textos abordam assuntos voltados à política na Guiné-Bissau. Optamos por analisar apenas os textos que tratam de política por eles serem os mais lidos nas ferramentas de busca disponibilizadas pelo jornal, além de serem os textos que ganham uma grande repercussão na nação guineense. A análise das técnicas argumentativas foi realizada tomando como base o livro *Tratado de argumentação: A nova retórica*, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996), assim como os trabalhos de Menezes (2011) e Garantizado Júnior (2015), pesquisadores brasileiros que se debruçaram em analisar técnicas argumentativas em textos produzidos por políticos em sessões plenárias da Câmara dos Deputados do Brasil.

O trabalho está dividido em cinco partes: Na primeira parte, tem-se uma discussão sobre a noção do Componente Genérico proposto por Garantizado Júnior (2015), que sofre influências diretas em Aristóteles (2011) e Bakhtin (1997); na segunda parte, a atenção foi centrada no gênero editorial de jornal; na terceira, tratou-se do gênero editorial no contexto mais específico, Guiné-Bissau. Na quarta, foram descritas as técnicas argumentativas quase-lógicas; e por último, foram feitas as análises do *corpus* do presente trabalho, que se trata dos editoriais do jornal *O Democrata GB*.

O componente genérico da argumentação

“Desde Aristóteles até o início do século XXI, as maneiras de lidar com os

³ *O Democrata GB* é um jornal guineense regido por Antônio Nhaga. Desde 2014 dispõe de uma página na internet onde publica a versão digital dos seus trabalhos: <http://www.odemocratagb.com/>.

fenômenos argumentativos (ou pelo menos os que envolviam a persuasão) estiveram sempre limitados” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2016, p. 42), ora a aspectos eminentemente retóricos, ora a aspectos de natureza eminentemente textual. Garantizado Júnior (2015), em seu modelo de análise da argumentação sob um prisma textual e retórico, vai sofrer influências de Aristóteles (2011), principalmente na maneira de se analisar os fenômenos da linguagem sistemática, e de Bakhtin (1997), por este último autor se preocupar com os aspectos composicionais do gênero discursivo.

De fato, como Garantizado Júnior (2015) aponta, o pensamento de Aristóteles deixou um legado extremamente rico, principalmente pela preocupação deste último em debater (e refletir) sobre assuntos que perpassam, durante anos, os estudos da linguagem, desde quando a Linguística ainda não era ciência autônoma, até os dias atuais. Foi com o pensamento aristotélico que o homem passou a se preocupar em explicar de que maneira o “pensamento” poderia ser (re)formulado por meio da linguagem e como isso poderia ser sistematizado.

Segundo Garantizado Júnior (2015), uma das principais contribuições do filósofo grego foi devido ao fato de ele se preocupar em determinar (ou delimitar) o alcance da Retórica nos estudos do conhecimento. A consequência visível dessa busca de definição (sistematização) dos estudos retóricos foi o fato de ele considerá-la com caráter de discurso. Por causa disso, a Retórica se aplicava a qualquer tipo de auditório, tornando seus estudos de natureza aplicável, inclusive, a várias áreas do conhecimento, como: Filosofia, Política, Direito e Linguística, por exemplo. Essa influência dos estudos aristotélicos ficou evidentes em trabalhos como o de Bakhtin (1997).

Defendemos, assim como Garantizado Júnior (2015), que o gênero pode propiciar uma série de coerções sobre o produtor textual, o que acarretaria uma determinação específica do estilo e, assim, determinaria a temática, assim como as unidades composicionais presentes nas estruturas que organizam o gênero. Desse modo, temos uma nítida aproximação com o modelo de Aristóteles (2011), por conta da sistematizado do discurso e suas partes, assim como de Bakhtin (1997), por este teórico se preocupar com os elementos externos da argumentação e a composição do gênero textual.

A definição de gênero defendida por nosso trabalho tem como influência os achados de Bakhtin (1997) e os Garantizado Júnior (2015; 2016). “Entendemos que o gênero é um construto abstrato com características relativamente estáveis, inseridas em um contexto sócio-histórico de produção comunicativa e que se manifesta, de maneira material” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2016, p. 50), por meio de textos que, necessariamente, necessitam de contextos de usos concretos.

Garantizado Júnior (2015), a partir da influência do pensamento de Bakhtin (1997), defende que as esferas da atividade humana são variadas quanto às utilizações da língua que os seres humanos fazem. Para Bakhtin (1997), essa utilização da língua ocorre em forma de enunciados, que podem ser orais ou escritos. Segundo esse autor, cada enunciado é único e concreto e é regido pelas condições específicas e pelo propósito de cada esfera da atividade humana, que, segundo ele, ocorre por meio de gêneros, definidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Para Garantizado Júnior (2015), o Componente Genérico interfere na argumentação, pois, às vezes, é o gênero que proporciona coerções ao produtor de texto, fazendo-o organizá-lo em um estilo, com um tema e unidades composicionais, que vão desde os recursos lexicais até os recursos argumentativos. Um dos exemplos disso é o gênero editorial de jornal, por meio do qual o redator faz escolhas lexicais que vão ao encontro do público e busca estratégias argumentativas para persuadi-lo sobre sua tese. Em seguida, trataremos do gênero editorial de jornal, que se trata de objeto de análise para

composição deste trabalho.

Gênero editorial de jornal

De acordo com Perreira (2016), o gênero editorial de jornal é um texto jornalístico que busca transmitir a ideologia do jornal por meio de diferentes temas. O seu objetivo é persuadir o público, levá-lo a acreditar no ponto de vista que o redator se empenha em defender. Por isso, o redator traz temas ou fatos polêmicos que são de interesse dos seus leitores, como assuntos de cunho político, econômico e social; com isso, procura chamar atenção dos leitores. O editorial é definido como “artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, da imprensa jornalística ou do editor-chefe; artigo de fundo” (HOUAISS *apud* ZAVAM, 2009, p. 134).

Segundo Lustosa (1996), a produção de editorial é coordenada por um “editor-chefe”, que, em conjunto com seus colegas, busca temas atraentes ou não muito divulgados e utiliza linguagens claras para que a informação possa ser bem compreendida ou interpretada pelos leitores. Já Perreira (2016) aponta que o editorial de jornal é um texto dissertativo que se baseia na ideia principal do tema, redigido na terceira pessoa gramatical, trazendo, assim, a opinião do próprio jornal. Entretanto, Zavam (2009) acrescenta que, desde que o jornalismo se tornou atividade comercial, o editorial não traz apenas a opinião do próprio jornal, mas também as opiniões de interesse de diferentes empresas com as quais mantém relações comerciais.

No que se refere à autoria, Zavam (2009) diz que o editorial de jornal se diferencia dos outros textos jornalísticos por causa da ausência de assinatura, deixando esta pela autoria da própria instituição. Porém, isso não significa que não se pode encontrar editoriais com autoria, pois a assinatura é uma questão de regularidade que, às vezes, algumas instituições não levam em consideração.

Esta autora continua mostrando que, muitas das vezes, o contexto e o papel social influenciam na escolha de tema para a produção de um editorial. Portanto, no que diz respeito ao papel social, os editores selecionam temas que interessam certas camadas sociais. No contexto da Guiné-Bissau, o jornal digital *O Democrata GB*, por meio de seus editoriais, apresenta, denuncia, bem como critica a situação política, econômica e social desse país.

Editorial de jornal no contexto guineense

Segundo Spannenberg e Barros (2016), a imprensa surgiu no século XV, mas o seu registro oficial só foi dois séculos mais tarde. E, no século XX, com o aparecimento de novos meios de comunicação, como televisão, internet e outros, o trabalho jornalístico aumentou muito. Nesse sentido, com o desenvolvimento da rede mundial, na década de 90, um jornal americano lançou ao ar a sua primeira versão online (ASSUMPCÃO; AMARAL, 2008).

Na Guiné-Bissau, de acordo com Lopes (2015), a imprensa chegou muito tarde, isto é, em comparação com outras colônias portuguesas. Nesse país, a imprensa só surgiu

em 1879, e a partir deste ano, apareceram alguns jornais, mas com uma forte ligação com a metrópole portuguesa, que controlava tudo no período antes do início da luta de libertação. Depois da independência, conforme Lopes (2015), em 1992, através da Lei nº 3/92, foi aprovada a liberdade de expressão, incluindo a atividade jornalística.

Desde essa época, diversos temas têm sido discutidos nos editoriais publicados nos jornais guineenses, principalmente, a política, que, segundo Lopes (2015), até em 2012 ocupou quase 90% (noventa por cento) das atividades jornalísticas na Guiné-Bissau. Esses editoriais são destinados a variados públicos que acompanham a informação. Assim, os textos trazem diversos problemas e situações do cotidiano guineense, como é o exemplo do jornal *O Democrata GB*.

Apesar da circulação dos trabalhos começarem depois do golpe de Estado de abril de 2012, a data da fundação do jornal *O Democrata GB* remete ao ano anterior. Em 2014, o jornal cria uma página na internet, na qual disponibiliza a versão online dos seus trabalhos, como notícias, editoriais, crônicas e outros. Este jornal é regido por António Nhaga, em colaboração com quatorze (14) trabalhadores. *O Democrata GB* privilegia o jornalismo investigativo, com temas sobre corrupção, política, saúde, economia, e possui uma tiragem de mais ou menos 600 exemplares distribuídos por diferentes bairros de Bissau (LOPES, 2015).

Assumpção e Amaral (2008) afirmam que, antes de surgimento de jornais digitais, ou melhor, do jornalismo online, havia pouca interação entre os públicos leitores e o próprio jornal. Mas, com o aparecimento deste meio de comunicação, a interatividade entre os internautas e o jornal aumentou muito. Nesse contexto, com a versão online dos trabalhos de *O Democrata GB*, percebe-se uma grande participação dos leitores guineenses em assuntos que lhes parecem importantes, já que, por meio de comentários, eles dão suas contribuições e participam ativamente em atividades desenvolvidas por jornalistas dessa instituição. Ainda, com o lançamento da plataforma digital, os guineenses têm acesso à informação de uma forma mais rápida.

Sendo assim, nota-se a importância do gênero editorial no contexto da Guiné-Bissau, pois ajuda o povo a acompanhar a situação política, questões econômicas, desportivas e sociais do país. Nesse sentido, os guineenses podem dar suas opiniões por meio dos comentários na própria página do jornal. E, até os que vivem no exterior são capazes de estar em dia com a situação do país através dos editoriais e outras notícias publicadas diariamente na página do jornal (LOPES, 2015).

Para chamar atenção do público, os redatores, ao emitirem as opiniões, segundo Pereira (2016), aproveitam dos recursos argumentativos para que os textos tenham mais credibilidade e adesão, bem como para alcançarem o êxito de convencer seu público leitor. Sendo assim, faz-se necessário trazer Perelman e Tyteca (1996), que descrevem as técnicas argumentativas das quais os redatores se apropriam para persuadir seu público.

As técnicas argumentativas

Na terceira parte do livro *Tratado de argumentação: a nova retórica*, de 1996, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca fazem uma análise no que se refere aos esquemas argumentativos, que são caracterizados pelos processos de ligação e de dissociação. O

primeiro tipo liga dois termos diferentes, estabelecendo uma relação que faz com que sejam um todo. Já o segundo tipo, ao contrário do primeiro, tem como finalidade separar os argumentos unidos dentro de um sistema.

Para Perelman e Tyteca (1996), estes dois processos andam de mãos dadas, pois, como dois elementos podem ser unidos, também podem ser separados, por isso, em alguns casos, os dois processos chegam a se complementar, mas há momentos em que um é mais enfatizado em relação a outro. Dentro do esquema argumentativo de ligação, encontram-se os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e os que fundam a estrutura do real. Porém, neste trabalho analisamos apenas os argumentos quase-lógicos, sobre os quais apresentaremos algumas considerações a seguir.

Argumentos quase-lógicos

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 220) mostram que os argumentos quase-lógicos mantêm uma proximidade com raciocínios formais, lógicos e matemáticos, e, através desta proximidade, procuram a força para persuadir o auditório. Isto é, “o que caracteriza a argumentação quase-lógica é, portanto, seu caráter não-formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal”. Dentro desse tipo de argumentos, existem os argumentos que apelam para a estrutura da lógica, que são: a incompatibilidade, o ridículo, a definição, a transitividade, a tautologia, a reciprocidade, a regra de justiça; e os que apelam para a relação matemática, que são: inclusão da parte no todo, divisão de todo em partes, comparação, sacrifício e probabilidade. Em seguida, esses argumentos serão brevemente apresentados.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) falam da importância das duas técnicas: as que mostram a incompatibilidade dos enunciados e as que objetivam a remoção da incompatibilidade, ou seja, o reestabelecimento da compatibilidade. Os autores explicam que as proposições são ditas incompatíveis, porque, apesar de fazer parte de um único sistema, uma contraria a outra, ou melhor, “de duas teses que se excluem, ao menos uma é sempre aplicável, o que tornaria inevitável o conflito com a outra tese, contanto que sejam aplicáveis ambas a um mesmo objeto” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 229). Neste caso, o orador deve escolher uma entre essas proposições e excluir as outras para evitar a incompatibilidade. Outros casos de incompatibilidade dizem respeito à aplicação de uma regra a ela mesma e ao aumento do campo de aplicação de regras.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) explicam que um argumento é considerado ridículo quando se opõe à lógica e entra em choque, sem justificativa, com outro argumento já aceito, ou também quando um orador defende uma tese ao contrário do que quer defender, logo o seu argumento é considerado ridículo. Eles explicam que o ridículo está ligado à transgressão de uma regra que pode ser de uma maneira consciente ou inconsciente.

Outro tipo de argumento é o por definição. Há diferentes formas de identificação: uma é completa e outra é parcial. Segundo os autores, a definição é um dos métodos mais característicos de identificação completa. É interessante observar que “o caráter argumentativo das diferentes definições fica mais patente quando estamos em presença de definições variadas de um mesmo termo de uma linguagem natural” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 241). Há duas maneiras pelas quais esse caráter

argumentativo das definições pode apresentar-se, isto é, maneiras pelas quais elas podem ser justificadas ou podem ser os próprios argumentos.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), na argumentação, uma tautologia refere-se a um mesmo termo que é usado duas vezes na mesma proposição, mas o sentido do segundo difere do sentido do primeiro, isto é, de acordo com Fiorin (2016), é uma falsa tautologia porque o predicado difere do sujeito, por exemplo: Bissau é Bissau. Pode-se perceber que a primeira palavra “Bissau”, que é um sujeito, diz respeito à capital de um país e esta é diferente da segunda, predicado, que tem um sentido figurado, ou melhor, refere-se às características da própria capital que está inserido, valorizando positivamente “Bissau” ou referindo seus aspectos negativos.

Outra forma de argumentação é por regra de justiça. Aqui, analisam-se os argumentos que propõem um tratamento igual aos seres ou situações que se apresentam como elementos da mesma categoria. Assim, para esse tipo de argumento, não pode haver uma diferença no que tange ao tratamento entre seres (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Mas o que levanta discussões em relação a esse tipo de argumento é a questão da diferença entre os objetos. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), os objetos são sempre diferentes em algum aspecto, e o problema é se essas diferenças são importantes ou não para serem levadas em consideração.

A argumentação pela reciprocidade baseia-se na noção de equivalência entre pessoas, coisas, situações, isto é, deve-se aplicar o mesmo tratamento ao lidar com elementos correspondentes. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 250) nos falam que uma relação é equivalente, simétrica, quando a proposição conversada é idêntica, para que isso aconteça precisamos notar se uma relação pode ser afirmada tanto entre a e b quanto entre b e a . Os pesquisadores nos oferecem um exemplo do que o próprio Aristóteles considerava como “relações recíprocas”.

Um argumento de transitividade implica a existência de relação de igualdade, de superioridade, de inclusão e de ascendência; “a partir do modelo de certas relações transitivas, como maior do que, mais pesado do que, mais extenso do que” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 259) estabelecem-se uma relação entre certos elementos. Um dos exemplos que os autores apresentam é: “amigos dos nossos amigos são nossos amigos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 257). Assim, nota-se que existe uma relação entre os dois amigos devido a um amigo que ambos têm em comum. Este tipo de argumento pode ser explicado não só através de esquema quase-lógico, mas também através de argumentos que se baseiam na estrutura do real. Entre as relações transitivas, a mais importante é a de implicação.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), o argumento por inclusão da parte no todo diz respeito ao tratamento igual a cada uma das partes que formam um todo. É o tipo de argumento em que o todo engloba as partes, assim não se diferenciam as partes, mas são tomadas como iguais, isso significa que o que se aplica ao todo se aplica também a uma parte.

Para demonstrar a *divisão de todo em partes*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) estabelecem uma relação de inclusão, o subtópico que foi explicado acima. Os autores afirmam que o argumento de divisão visa, através da partição de argumentos em partes, mostrar um conjunto, pois há uma relação entre eles como partes de um todo, e é essa relação que permite a reconstrução de partes em um todo. Assim, a característica de uma

parte pode ser atribuída ao todo, ou melhor, como afirmam os autores, diz-se que uma cidade está danificada quando se pretende referir apenas a algumas partes dela. Isso significa que, com uma parte de seus argumentos, o orador aprova o todo. Este tipo de argumento também pode vir em forma de enumeração dos fatos.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), é comum os oradores recorrerem à comparação. Para explicar esse tipo de argumento, os autores analisam as manifestações discursivas que comparam duas ou mais realidades ou fatos, com intuito de mostrar a semelhança, a correspondência ou a desigualdade. Esses argumentos de comparação podem ocorrer em forma de oposição entre fatos, por meio de ordenação e por “ordenação quantitativa”. Também há de se lembrar de que, quando o orador faz uma comparação, ele sempre busca comparar os fatos que se interagem de uma ou de outra forma. Para fazer uma boa comparação, o orador precisa adequar-se ao auditório. Os argumentos por comparação não ocorrem só por meio de comparação, mas também por meio de uso de superlativo, pois torna o argumento muito mais importante.

Já com relação aos argumentos pelo sacrifício, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) consideram que esse tipo de argumento faz parte de argumentos de comparação, só que é muito mais utilizado. É a técnica que aproxima os argumentos e faz uma interação entre eles, pois também se mede o valor da causa pela qual se faz um sacrifício. E, é essa medição de valor que leva o auditório a crer ou não, pois, quanto mais valor tiver a causa pelo qual se sacrifica, mais apreço do auditório ganhará. Sendo assim, o orador procura diversos tipos de sacrifícios que o levam a alcançar o seu objetivo, que é persuadir o auditório, o qual, por sua vez, verifica a importância da causa e do peso que o argumento tem.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) mostram que o argumento de probabilidade é uma das técnicas que propõem os argumentos que são baseados nos fatos concretos, levando em consideração sua importância e sua “grandeza”. Assim, procura-se, por meio de probabilidade, verificar os fatos concretos de um argumento. Conforme os autores, um texto tem mais probabilidade de alteração se tiver o menor número de cópias que o separa do original.

Depois de explicitar as técnicas descritas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), faremos análise dessas técnicas nos editoriais do jornal *O Democrata GB*. Mas, como já foi mencionado acima, neste trabalho pretende-se analisar apenas os argumentos quase-lógicos, que, segundo os autores, buscam sua força persuasiva na proximidade que mantêm com os raciocínios lógicos, matemáticos e formais, o que significa que não são formais, mas têm apenas uma aparência formal. Lembrando também que, como já foi dito, o gênero editorial de jornal é um texto opinativo, caracterizado pela persuasão, isto é, pela tentativa dos produtores em persuadir os seus leitores sobre o ponto de vista que se quer defender. Então, os produtores aproveitam de recursos argumentativos como estratégias para criar certa credibilidade e chamar atenção dos seus leitores.

Análise dos dados

Nesta seção, serão analisados editoriais que foram retirados da própria página do jornal guineense *O Democrata GB*, na aba “opinião”. Ao todo, foram selecionados cinco (5) editoriais e todos eles têm como tema a política na Guiné-Bissau. Os editoriais selecionados figuram entre os mais polêmicos e mais comentados pelos leitores desse jornal, o que significa que são os textos que mais chamaram a atenção dos leitores internautas.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), dizer que um argumento é incompatível é mostrar a incoerência dentro de um conjunto de proposições. Durante a leitura dos editoriais, percebe-se o uso de argumento por incompatibilidade, por parte do redator, para mostrar as incoerências dos políticos guineenses, principalmente os do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e os do Partido da Renovação Social (PRS), como se pode ver nos trechos de editoriais que se seguem:

(1) O PAIGC, cada dia que passa, está desorientado e conserva apenas a sua velha máquina de manipulação de massas sempre alimentada com recursos públicos. **Como pode o PAIGC, sem o mínimo de elegância política contestar a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) quando, há oito meses, celebrara o veredicto proveniente desta mesma jurisdição suprema?** [Ed. 5- grifos nossos].

Como explicar esse ato incompreensível? Porque não recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça para contestar o decreto presidencial? Onde estavam os que agora contestam a decisão presidencial quando o próprio PAIGC punha publicamente em causa o acórdão do STJ? **Onde está a coerência?** [Ed. 5- grifos nossos].

O que se pode constatar em (1) é que o redator, por meio de estratégia argumentativa, ridiculariza as decisões do PAIGC por este ter negado a decisão do Supremo Tribunal em relação aos 15 deputados expulsos da Assembleia Nacional Popular pela Comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular, pelo fato desses deputados terem violados os estatutos quando decidiram não votar para aprovação do programa. Assim, ao negar a decisão do Supremo Tribunal da Guiné-Bissau que decidiu anular a expulsão dos 15 deputados e manter os lugares desses deputados no parlamento, o próprio PAIGC se contradiz em suas próprias decisões, pois tinha aceitado, e até celebrou a decisão do mesmo Supremo Tribunal, mas num momento depois nega as decisões tomadas pela mesma corte. Por isso, o redator do jornal tenta mostrar que, se o PAIGC tinha aprovado a decisão tomada pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) há meses, então não podia negar as mesmas decisões tempo depois, pois esse partido não só estava presente, como também celebrou o veredito da corte jurídica. Então, por meio de expressões “Onde está a coerência? Como explicar esse ato incompreensível?”, o redator ridiculariza a postura do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde e, ainda, apresenta a incompatibilidade nas decisões do mesmo partido guineense, indicando a falta de coerência nas decisões tomadas pelo partido, e ao mesmo tempo, lança perguntas para desmerecer a postura do PAIGC perante as situações com o STJ.

Ainda sobre o mesmo assunto de expulsão dos 15 deputados, o redator não só mostrou a incoerência na decisão do PAIGC, mas também do Partido da Renovação Social por este ter envolvido com os 15 deputados expulsos do PAIGC. Por meio de apresentação do mesmo tipo de argumentação, isto é, argumentação por incompatibilidade, o redator também ridicularizou, em uma outra parte do mesmo editorial (5), a decisão do PRS, quando este partido resolveu se juntar aos 15 deputados expulsos e fazer parte do governo que durou apenas 48h, como se vê no trecho que se segue:

(2) O último responsável da atual situação chama-se o PRS que ao longo deste processo foi sucessivamente “absorvido” pelos acontecimentos e **não conseguiu conservar uma linha de coerência**. O partido de Koumba Yalá, ao aceitar integrar ao “governo de 48 horas” **dera um tiro no próprio pé**. Perante a expulsão dos 15 deputados do PAIGC do Parlamento, o PRS esteve ao lado da legalidade e o STJ confirmou este

facto [ed. 5- grifos nossos].

Aqui, o redator mostra que o PRS também não se distanciou da contrariedade porque louvou a ideia da Comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular ter expulsado os “15 deputados”, o que significa estar a favor da “legalidade”. Mas, quando decidiu fazer parte do governo de 48h, o redator defende que as decisões de PRS também são incoerentes, pois este partido não pode estar contra a corrupção e voltar a praticá-la ou apoiá-la ao mesmo tempo, se aliando aos deputados expulsos.

Por isso, o redator usa a expressão “não conseguiu conservar uma linha de coerência” para indicar que o PRS não conseguiu manter coerência quanto ao veredito do STJ, pois se PRS tinha apoiado a expulsão não poderia voltar atrás. Assim, o redator faz uma crítica ao Partido de Renovação Social, por este ter agido de uma forma inesperada, aceitando integrar o governo que durou apenas 48h, que se trata do primeiro governo de Baciro Djá nomeado pelo presidente da República. Neste caso, o redator afirma que o próprio PRS, ao fazer parte desse governo, agiu contra ele mesmo, ou melhor, “dera um tiro no próprio pé”. Ao fazer crítica ao PRS, o redator quer mostrar que, se o PRS tinha concordado com a expulsão desses 15 deputados, deveria manter essa mesma linha de coerência, não aliando a esses 15 deputados.

Quem também não se distanciou da contrariedade em relação a suas decisões é o próprio presidente da República, José Mário Vaz. Em uma das passagens do mesmo editorial 5, o redator de jornal *O Democrata GB* observa que,

Em vez de pacificar, o Presidente aprofunda ainda mais a crise. Ao nomear Baciro Dja, pela segunda vez, ao cargo do Primeiro-Ministro, o Presidente José Mário Vaz demonstrou claramente que ele é refém de um grupo de indivíduos e de interesses obscuros que só o futuro poderá clarear...**Pois, o Presidente sabe muito bem que Baciro (além de o seu estatuto do terceiro vice-presidente estar sob apreciação do tribunal e conseqüentemente vigora o chamado “efeito suspensivo”) não reúne condições objectivas para dirigir o país no actual contexto político que exige alto nível de engenharia política e espírito de ponderação. A escolha tem tudo para ser qualificada de falhada. O Chefe de Estado devia propor um nome diferente; uma pessoa que esteja fora de círculo de conflito.** {ed. 5- grifo nosso}.

Por meio dessa colocação, percebe-se que o chefe do Estado guineense também caiu na contrariedade ao admitir o deputado Baciro Djá como o Primeiro Ministro da nação guineense pela segunda vez, porque se o Baciro Dja está sobre apreciação do Supremo Tribunal, isso significa que ele não poderia ocupar um dos cargos mais altos da Guiné-Bissau até que tudo esteja resolvido. E, o presidente da República como um dos conhecedores de lei, sabe muito bem disso. Então, ao ignorar esse fato e eleger o Baciro Dja pela segunda vez, o chefe do Estado entra em contradição. Assim, por meio de expressões como “a escolha tem tudo para ser qualificada de falhada” e “uma pessoa que esteja fora de conflito”, o redator busca demonstrar que o José Mário Vaz foi incoerente nas suas decisões, pois sabia dos conflitos que envolve o Baciro Dja. O que se esperava é que ele, o presidente, escolhesse outra pessoa que não estivesse envolvido com a justiça. Também se pode frisar o fato de que o chefe do Estado, ao fazer essa nomeação “aprofunda mais a crise” política na Guiné, contribuiu para instabilidade e conflitos. Com

isso, o redator mostra a incompatibilidade na atitude de presidente, pois este devia, como sendo chefe da nação, cultivar paz, harmonia, buscando sempre o desenvolvimento do país em vez de fomentar e cultivar conflito político.

Outra técnica que o redator do jornal usou foi a argumentação por comparação, que, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), diz respeito à comparação de fatos entre si, isto é, indicar a diferença ou a semelhança entre realidades ou objetos. No segundo texto de editorial selecionado, verifica-se a comparação feita pelo produtor entre os políticos guineenses e os do resto do mundo; entre o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde e o Presidente da República, conforme consta nos seguintes trechos:

(3) O nosso país tem uma superfície de apenas 36 mil 125 quilómetros quadrados, mas **tem a infeliz fama de possuir uma classe política mais oportunista e menos preparada do mundo** que acaba por ser o principal arquiteto da desgraça coletiva do povo guineense. [ed. 2- grifos nossos].

A semelhança do Presidente da República, o PAIGC e seu líder está quase a sagrar-se o campeão de arrogância. [ed. 3- grifos nossos].

Por meio da expressão “mais”, o redator afirma que os parlamentares da Nação Guineense são mais “oportunistas” do que os de todos os países do mundo, e são “menos” instruídos de todo o planeta; é por isso, segundo o redator, que conduzem o povo para a “desgraça”. Ao fazer comparação entre os políticos guineenses e os de resto de mundo, o redator não só coloca os primeiros como os piores do mundo, como também enfatiza o fato de que o território guineense é muito pequeno para ter a infeliz fama de possuir os políticos mais corruptos e menos preparados para assumir a responsabilidade com o povo guineense. Outra comparação que se pode verificar é com relação ao uso de palavra “semelhança”, que o redator coloca para comparar o presidente da República com o PAIGC, mostrando que este é quase “campeão de arrogância”, como é o caso daquele.

Ainda, há que se referir a presença do argumento pela definição, que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), é mais usado para fazer uma identificação. Em um dos editoriais, nota-se o uso dessa técnica por parte do redator, ao tentar caracterizar os “valores dos políticos na democracia”, como se pode observar no trecho que se segue:

(4) Infelizmente, hoje, em pleno século XXI, há ainda dirigentes do PAIGC que desconhecem que o nosso povo sabe muito bem que os **valores dos políticos na democracia é um conjunto sistêmico de ideias coletivas, que permitem organizar uma certa visão do mundo, através de critérios que levam os cidadãos nacionais a saber definir o belo e o feio, o justo e o injusto, e o louvável e o reprovável** [Ed. 4- grifos nossos].

Através desse trecho, percebe-se que o redator define os valores políticos como “conjunto sistêmico de ideias coletivas” e ainda sublinha o fato de que o povo guineense já conhece muito bem esses valores que norteiam a política e sabem diferenciar o “belo” do “feio”, o “justo” e do “injusto”, isto é, o povo já está consciente da classe política guineense e sabem distinguir as boas ações políticas das más ações; atitudes louváveis de atitudes reprováveis, então, não adianta os políticos tentarem enganar a população.

Também há presença de argumentação pela regra de justiça, em relação à qual Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) afirmam que se refere a um tratamento igual para seres ou situações da mesma categoria. Em um dos editoriais que constitui o *corpus* do trabalho, verifica-se o posicionamento do redator em sensibilizar e chamar atenção do presidente da república a não escolher apenas um grupo de pessoas, mas tratar todos os guineenses da mesma forma, pois se trata da Nação Guineense, do povo da Guiné-Bissau e não de grupinho de pessoas ou apenas de pequena parte da população, como se vê no trecho de editorial que se segue:

(5) O Presidente da República tem um papel crucial neste exercício através dos seus **bons officios com vista a um entendimento alargado e inclusivo. O Chefe de Estado deve abandonar o seu capote de clã e vestir definitivamente o “camisote” de pregador e construtor de consensos entre todos os filhos desta terra.** [Ed 3- grifos nossos].

O Presidente José Mário não deve cair outra vez na armadilha de interesses de grupinhos. Aqui trata-se do país, da República, do povo, e não de meia dúzia de pessoas. [Ed 3- grifos nossos].

No trecho acima, nota-se o uso de “clã”, que, neste contexto, não significa uma tribo ou uma etnia, mas certo grupo de pessoas com que o presidente tem mostrado mais preocupação. Já a palavra “camisote” remete a um olhar abrangente que leva todos em consideração, neste caso, o olhar do presidente que tem que se virar para todos os guineenses, pois se todos estão na mesma categoria de povo guineense, então deve haver um tratamento igual para todos, para todos os que pertencem à Guiné, que são “filhos de terra”. Para o redator, o presidente é como um “construtor de consenso”, mas que parece fixar o seu olhar para apenas um grupo de pessoas. Por isso, o redator advoga que, por este ser o “chefe do Estado”, deve posicionar-se de uma forma diferente, proporcionar a igualdade para todos, e não privilegiar um pequeno número de pessoas.

Ainda pode-se citar o *argumento de divisão de todo em partes*, que o locutor usou para falar de diferentes problemas da sociedade guineense. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), este tipo de argumento diz respeito à divisão de um conjunto em partes. Também pode vir em forma de enumeração de fatos. Em um dos editoriais, o redator, ao se referir aos problemas sociais de Guiné-Bissau, faz o uso do *argumento pela divisão de todo em partes*, enumerando, uma por uma, as áreas que constituem o problema da Nação Guineense como um todo:

(6) Esta classe política é capaz de tudo menos **resolver os graves problemas sociais que afetam este povo, nomeadamente a péssima qualidade do ensino, caótico e deficitário sistema sanitário, sistema de justiça ausente, a corrupção a todos os níveis sobretudo no seio de políticos governantes.** [ed 2- grifos nossos].

No fragmento de editorial acima apresentada, o todo é indicado pela expressão “problemas sociais”; ao longo do texto, o redator vai separando cada parte que constitui esses problemas em má “qualidade do ensino”, péssimo sistema de saúde, corrupção, não funcionamento de justiça, entre outros problemas que afetam o quotidiano dos guineenses. É importante salientar que o redator não enumerou esses fatos por acaso, mas para mostrar aos seus leitores e convencê-los de que quando se fala de problema na Guiné-Bissau, não se refere só a uma coisa ou a um setor que não está a funcionar bem, mas são inúmeros problemas que cada dia conduz a nação a um caminho menos desenvolvido e de

corrupção. Também vale mencionar a forma como o redator chama atenção do seu público leitor, sublinhando o fato de que os políticos guineenses são capazes de fazer muitas coisas, mas não conseguem cumprir com seus deveres de resolver esses problemas sociais que, na realidade, são muitos graves e prejudicam o povo deste pequeno país africano.

Durante a análise dos editoriais selecionados (*corpus*), verifica-se a utilização de certas técnicas argumentativas por parte de redatores do jornal digital *O Democrata GB*. Foram encontrados os usos dos seguintes argumentos quase-lógicos: argumento pela incompatibilidade, argumentação pela definição; regra de justiça, argumentação pela inclusão de parte no todo e divisão de todo em partes.

Considerações finais

Levando em consideração os teóricos apresentados, os estudos das técnicas argumentativas foram desenvolvidos a partir dos achados de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Portanto, com base nas técnicas argumentativas propostas por estes autores, relacionadas à perspectiva da Linguística Textual, foram analisados os editoriais do jornal digital *O Democrata GB*, cujos temas se assentam na questão da política na Guiné-Bissau.

Os resultados demonstram que o redator do jornal *O Democrata GB* empenhou-se em provar, por meio de recursos argumentativos, as incoerências nas atitudes dos políticos guineenses em relação à tomada de certas decisões, principalmente, do partido de PAIGC em relação às decisões de supremo tribunal; do PRS no que diz respeito à formação do governo de 48 horas e do presidente da República que insiste na nomeação do primeiro ministro, mesmo sabendo dos problemas das quais o tal deputado estava envolvido. São essas incoerências dos políticos guineenses e más decisões que, muitas das vezes, acabam prejudicando não só o povo da Guiné-Bissau, mas também o desenvolvimento do próprio país, causando-lhe muitos problemas sociais que devia ter ultrapassado há muito tempo. Também se pode perceber o esforço do redator em chamar a atenção do governo guineense, especialmente, do chefe do Estado guineense e desses dois partidos no que diz respeito ao compromisso para com a Nação Guineense, isto é, na busca de solução desses problemas sociais que vão desde péssimo Sistema de Ensino, fraco Sistema de Saúde, até a corrupção no seio dos próprios políticos.

Acredita-se, assim, que a busca, por parte do redator chefe do jornal *O Democrata GB* em persuadir seus interlocutores, produz um uso constante de argumentos quase-lógicos que, muitas vezes, produzem argumentos sólidos e consistentes. Com isso, percebe-se que o gênero editorial de jornal, por ser um texto de natureza argumentativa, o redator aproveita de recursos argumentativos, por meio de temas polêmicos como política, economia, desportos entre outros, para chamar atenção dos seus públicos leitores com finalidade de convencê-los sobre o ponto de vista da qual ele, o redator, se empenha a defender e a discutir.

Finaliza-se mostrando que a relevância deste trabalho consiste em facilitar aos leitores de editoriais do jornal *O Democrata GB*, bem como de outros jornais, a compreensão e interpretação dos textos argumentativos que estão a ler, e isso pode ajudar os leitores a terem uma visão crítica perante os assuntos que lhes parecem importantes.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2011.

ASSUMPCÃO, A. B. F; AMARAL, A. L. M. **Interatividade no jornalismo online: estudo de caso do site G1 e proposta de um novo modelo de site jornalístico interativo**. Monografia (Graduação em Comunicação Social, habilitação em jornalismo). Escola de Comunicação, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. da S. **Estudo da argumentação sob uma perspectiva textual e retórica**. Tese (doutorado em linguística). Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2015.

LOPES, A. S. **Os Media na Guiné-Bissau**. Bissau: Corubal, 2015.

LUSTOSA, E. **O texto da notícia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

MENEZES, L. C. **Expressões linguísticas modalizadoras deônticas em função argumentativa: um exercício de análise retórico-funcional**. Tese (doutorado em linguística). Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2011.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERREIRA, M. S. **Um estudo da função de operadores argumentativos usados no gênero editorial enquanto recursos na construção de discursos persuasivos**. Entretextos, Londrina, Vol. 16, nº 1, jan./jun. 2016.

SPANNENBERG, A. C. M.; BARROS, C. V. B. Do impresso ao digital: a história do jornal do brasil. **Revista, Observatório, Palmas**, V. 2, n. Especial 1, p. 230-250, maio. 2016.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros de discursos à luz da concepção da tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal**. Tese (doutorado em linguística). Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2009.